

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA CENTRO DE CIÊNCIAS DA
ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS- ESAG PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Curso: MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO

**Grupo de Pesquisa de Política Pública e Desenvolvimento Políticas Públicas e
Desenvolvimento**

**UM ESTUDO SOBRE A EFICIÊNCIA NOS PROCESSOS DE COMPRAS
PÚBLICAS, CONTRATAÇÕES E LICITAÇÕES DA SAÚDE NOS MUNICÍPIOS
CATARINENSES COMO ELEMENTO PARA MELHOR APLICAÇÃO DOS
RECUROS PÚBLICOS.**

026.189.859-07

Florianópolis

2025

PROPOSTA DE PESQUISA: UM ESTUDO SOBRE A EFICIÊNCIA NOS PROCESSOS DE COMPRAS PÚBLICAS, CONTRATAÇÕES E LICITAÇÕES DA SAÚDE NOS MUNICÍPIOS CATARINENSES COMO ELEMENTO PARA MELHOR APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS.

1. INTRODUÇÃO - CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA E OBJETIVO DA PESQUISA

A pretensa pesquisa insere-se no cenário complexo da saúde pública, onde encontram-se inúmeros desafios enfrentados por municípios no processo de compras de insumos para a saúde, especialmente naqueles municípios de pequeno e médio porte, localizados no estado de Santa Catarina.

Tais desafios incluem orçamento reduzido para compra de medicamentos e insumos, além das dificuldades técnicas enfrentadas por equipes de compras e licitações enxutas e muitas vezes inexperientes as quais acabam passando por dificuldades ao produzir Estudos Técnicos Preliminares (ETPs), exigidos pela Nova Lei de Licitações que incluem dificuldades de estimar quantidades, características e particularidades dos produtos e insumos para a Saúde.

A pesquisa visa identificar e analisar as principais disparidades entre as compras realizadas por municípios com porte e características similares.

O estudo estará concentrado na análise do cenário das compras públicas, contratações e Licitações da Saúde nos municípios catarinenses incluindo a análise comparativa de Modalidades de Compras e licitações utilizadas, bem como tipo de Produtos, quantidades e fornecedores, Orçamento X Planejamento X empenhos e demais informações relevantes a determinar.

a. Problema ou oportunidade

A pesquisa é motivada pela necessidade de melhorar a eficiência e eficácia das compras públicas na saúde, reduzindo erros e desperdícios, e garantindo o melhor uso dos recursos públicos.

A falta de pessoal capacitado e a complexidade dos processos de licitação resultam em dificuldades, ainda que as compras da área da saúde possam ser realizadas por meio de Consórcios públicos, essa modalidade pode ser vantajosa por garantir melhor preço pelo volume pode ao mesmo tempo ser um obstáculo para a qualidade dos insumos e ou erros nas estimativas das quantidades desses insumos tão essenciais para a garantia da entrega de serviços de saúde ao cidadão catarinense.

b. Objetivo da pesquisa

O objetivo principal é desenvolver uma proposta de intervenção que otimize o processo de compras públicas na saúde nos municípios catarinenses.

Espera-se entregar um conjunto de diretrizes e recomendações para os municípios catarinenses, em especial para as Secretarias de Saúde, baseadas em uma análise comparativa de editais, atas de registro de preço e orçamentos municipais, identificando erros comuns e sugerindo melhorias.

Este projeto de pesquisa tem o objetivo de contribuir significativamente para a melhoria das políticas públicas de saúde em municípios catarinenses, promovendo práticas de compras mais eficientes e eficazes.

c. Grau de inovação e ineditismo

A inovação da proposta reside na abordagem integrada da Análise de Modalidades de Compras, análise de Editais e orçamentos, combinada com a identificação de erros e discrepâncias específicas na atividade de compras municipais do setor de saúde.

A pesquisa se concentrará em uma amostra de municípios de pequeno e médio porte, oferecendo diretrizes e recomendações condizentes com as realidades de municípios de pequeno e médio porte que enfrentam desafios também similares.

2. JUSTIFICATIVA

a. Para a organização/setor/sociedade

A pesquisa é de extrema importância para os municípios catarinenses, pois visa otimizar a gestão dos recursos públicos destinados à saúde, promovendo maior transparência e eficiência nas compras. Para a sociedade, a melhoria no processo de compras pode resultar em melhor acesso a medicamentos e insumos, impactando positivamente na qualidade dos serviços de saúde oferecidos à população.

b. Para sua vida profissional

Para minha atividade profissional, a pesquisa contribuirá para a ampliação de competências na área de gestão pública e políticas de saúde, ampliando a capacidade de análise crítica e intervenção como consultora de municípios, ampliando a qualidade dos serviços atualmente prestados como Consultora do Programa Cidade Empreendedora do Sebrae.

Além disso, fortalecerá minha atuação como Consultora e Advogada, especialmente em contextos de governança e compras públicas e ainda poderá ampliar oportunidades para atuação como docente.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para desenvolver a pesquisa serão utilizadas bases legais e de regulamentação acerca de Licitações e Contratos (**LEI 14.133/2021**), bem como Resoluções aplicáveis e específicas que tratam sobre questões e particularidades técnicas quanto ao processo de Compras Públicas.

Outras normas também serão consideradas tais como a **LEI 12.846/2013 (LEI ANTICORRUPÇÃO)** que estabelece a responsabilidade objetiva de empresas por atos de corrupção contra a administração pública, nacional ou estrangeira e incentiva a implementação de programas de integridade para prevenir, detectar e remediar atos ilícitos, o **DECRETO Nº 8.420/2015** atualizado pelo **DECRETO Nº 11.129, DE 2022**.

Será pautado também nos temas de Compliance e Governança pública com base em alguns autores tais como: **CASTRO, Luiz Fernando Martins** que tem contribuído significativamente para o entendimento e implementação de práticas de compliance no setor público e privado, com foco em transparência e integridade e por esta razão será usado como apoio.

Outro ponto relevante a ser discutido é o ambiente da saúde, o contexto de riscos e a importância do Compliance para evitar fraudes na saúde, como por exemplo suborno, manipulação de preços, conflitos de interesse, etc.

Mais especificamente , quanto ao tema da governança pública vamos buscar socorro no autor **ABRUCIO, Fernando** que tem explorado temas relacionados à gestão pública, federalismo e políticas públicas, oferecendo insights valiosos sobre como melhorar a governança nos diferentes níveis de governo.

O **REFERENCIAL BÁSICO DE GOVERNANÇA** aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública, publicado pelo TCU, também será utilizado pois fornece diretrizes para a implementação de práticas de governança que visam melhorar a eficiência, eficácia e transparência na administração pública.

Por fim, estreitando o estudo vamos buscar pesquisas sobre Compras na área da saúde e políticas públicas de saúde com foco na efetividade

MENDES, Eugênio Vilaça trata do tema de gestão e planejamento em saúde. Seus trabalhos frequentemente abordam a organização e a eficiência dos sistemas de saúde, incluindo aspectos relacionados às compras e à gestão de recursos denominada **Teoria dos Sistemas de Saúde**.

FLEURY, Sonia é uma referência importante quando se trata de políticas públicas e Governança de saúde no Brasil. Ela tem explorado a implementação e a efetividade das políticas de saúde, discutindo como diferentes modelos de governança e gestão podem impactar a saúde pública.

Os autores e normas acima indicadas são importante para que a pesquisa proposta atinja seu objetivo de melhorar a eficiência das compras na área de saúde e a efetividade das políticas públicas de saúde nos municípios catarinenses.

Significa dizer que dados e análise crítica do cenário, poderá motivar municípios a implementação de um Programa de Compliance e Governança das contratações da Saúde garantindo que os recursos públicos sejam utilizados de maneira ética e eficiente, maximizando o benefício para a população.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

a. Local da pesquisa

A pesquisa será realizada junto a uma amostra de Municípios de pequeno e médio porte no estado de Santa Catarina, com foco em suas Secretarias de saúde e Equipes de Licitações e Contratos.

Santa Catarina possui 295 municípios (segundo dados do IBGE) onde existem diferentes portes de municípios considerando a quantidade de habitantes com uma divisão por porte que pode ser feita da seguinte forma:

- Pequeno Porte: Municípios com até 20.000 habitantes, estes representam Aproximadamente 70% dos municípios.
- Médio Porte: Municípios com 20.001 a 100.000 habitantes, estes representam Aproximadamente 25% dos municípios
- Grande Porte: Municípios com mais de 100.000 habitantes, estes representam Aproximadamente 5% dos municípios.

A pesquisa pode basear-se em uma amostra representativa de 1 % dos municípios de cada categoria:

- Pequeno Porte: 21 municípios
- Médio Porte: 7 municípios
- Grande Porte: 1 ou 2 municípios

A abordagem representativa permitirá observar as particularidades e desafios enfrentados por municípios de diferentes tamanhos com foco no contexto das compras públicas na área da saúde.

b. População/público-alvo

O público-alvo inclui gestores públicos, equipes de compras e licitações, e profissionais de saúde envolvidos no processo de aquisição de insumos e medicamentos.

c. Levantamento de dados

Os dados serão coletados por meio de análise documental de editais e atas de registro de preço, entrevistas com gestores e profissionais de saúde, e questionários aplicados às equipes de

Os dados serão complementados por meio de um questionário a ser aplicado junto às equipes das Secretarias de Saúde.

As informações coletadas serão organizadas , permitindo análises quantitativas e qualitativas. A análise comparativa dos dados identificará padrões e discrepâncias, fundamentando as recomendações de melhoria.

A implementação dos resultados ocorrerá por meio da Publicação Acadêmica podendo ser divulgada em eventos/ capacitações para equipes de compras nos municípios estudados, além da elaboração de um manual de boas práticas.

6. CRONOGRAMA

[illegible]

[illegible]

7. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 14.133/2021** que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

BRASIL. Lei **12.846/2013 (LEI ANTICORRUPÇÃO)** que estabelece a responsabilidade objetiva de empresas por atos de corrupção contra a administração pública, nacional ou estrangeira e incentiva a implementação de programas de integridade para prevenir, detectar e remediar atos ilícitos.

REFERENCIAL BÁSICO DE GOVERNANÇA aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública, publicado pelo TCU, disponível em Referencial Básico de Governança Organizacional | Portal TCU, Acesso em: 01/04/2025

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. **Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia**. São Paulo em Perspectiva, v. 18, n. abr./ju 2004, 2004Tradução . . Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-88392004000200003>. Acesso em: 01/04/2025

MENDES, A. Financiamento da saúde no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2010.

PECI, A. Governança e gestão pública: um estudo sobre a eficiência das compras governamentais. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

DIAS, M. Transparência e eficiência em processos licitatórios. Curitiba: Juruá, 2018.

MENDES, E. V. . O dilema do SUS. RADIS, p. 25-35, 2004] MENDES, E. V. . A modernização das Secretarias Estaduais de Saúde no Brasil.. Belo Horizonte, Documento apresentado à Organização Pan-Americana da Saúde, Representação do Brasil, mimeo., 2000.

FLEURY, Sonia. Democracia e Inovação na Gestão Local da Saúde: Coedição: Cebes, 2014.Disponível em Democracia e Inovação na Gestão Local da Saúde - Livraria Virtual da Editora Fiocruz. Acesso em 01/04/2025.